



Ação Comunitária do Brasil - São Paulo

**Demonstrações financeiras em
31 de dezembro de 2014 e 2013**

Conteúdo

Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras	3
Balancos patrimoniais	5
Demonstrações de resultados	6
Demonstrações dos resultados abrangentes	7
Demonstrações das mutações do patrimônio líquido	8
Demonstrações dos fluxos de caixa	9
Notas explicativas às demonstrações financeiras	10



KPMG Auditores Independentes
R. Dr. Renato Paes de Barros, 33
04530-904 - São Paulo, SP - Brasil
Caixa Postal 2467
01060-970 - São Paulo, SP - Brasil

Central Tel 55 (11) 2183-3000
Fax Nacional 55 (11) 2183-3001
Internacional 55 (11) 2183-3034
Internet www.kpmg.com.br

Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras

Aos
Associados, Conselheiros e Administradores da
Ação Comunitária do Brasil - São Paulo
São Paulo - SP

Examinamos as demonstrações financeiras da Ação Comunitária do Brasil - São Paulo (“Entidade”), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2014 e as respectivas demonstrações do resultado e do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, assim como o resumo das principais práticas contábeis e demais notas explicativas.

Responsabilidade da administração sobre as demonstrações financeiras

A administração da Entidade é responsável pela elaboração e adequada apresentação dessas demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Responsabilidade dos auditores independentes

Nossa responsabilidade é a de expressar uma opinião sobre essas demonstrações financeiras com base em nossa auditoria, conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Essas normas requerem o cumprimento de exigências éticas pelos auditores e que a auditoria seja planejada e executada com o objetivo de obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras estão livres de distorção relevante.

Uma auditoria envolve a execução de procedimentos selecionados para obtenção de evidência a respeito dos valores e divulgações apresentados nas demonstrações financeiras. Os procedimentos selecionados dependem do julgamento do auditor, incluindo a avaliação dos riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro. Nessa avaliação de riscos, o auditor considera os controles internos relevantes para a elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras da Entidade para planejar os procedimentos de auditoria que são apropriados nas circunstâncias, mas não para fins de expressar uma opinião sobre a eficácia desses controles internos da Entidade. Uma auditoria inclui, também, a avaliação da adequação das práticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis feitas pela administração, bem como a avaliação da apresentação das demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.



Opinião

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Ação Comunitária do Brasil - São Paulo em 31 de dezembro de 2014, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

São Paulo, 17 de abril de 2015

KPMG Auditores Independentes
CRC 2SP014428/O-6



Marcos Antonio Boscolo
Contador CRC 1SP198789/O-0

Ação Comunitária do Brasil - São Paulo

Balancos patrimoniais em 31 de dezembro de 2014 e 2013

(Em milhares de Reais)

Ativo	Nota	2014	2013	Passivo	Nota	2014	2013
Caixa e equivalentes de caixa sem restrição	4	1.883	2.853	Fornecedores		376	498
Caixa e equivalentes de caixa com restrição	5	2.906	1.833	Férias e encargos		536	435
Contas a receber	6	1.282	1.142	Projetos em execução	5	2.906	1.833
Estoques		323	542	Impostos a recolher		8	8
Outros créditos	7	2.994	1.904	Outras contas a pagar		172	25
Impostos a recuperar	8	160	160				
Despesas antecipadas		33	40	Total do passivo circulante		3.998	2.799
Total do ativo circulante		9.581	8.474				
Não circulante							
Depósitos judiciais	22	28	-	Patrimônio líquido	13		
Outras contas a receber		150	150	Patrimônio social		7.572	7.484
Imobilizado	9	1.867	1.692	Superávit acumulado		92	88
Intangível		36	55			7.664	7.572
Total do ativo não circulante		2.081	1.897				
Total do ativo		11.662	10.371	Total do passivo e patrimônio líquido		11.662	10.371

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

Ação Comunitária do Brasil - São Paulo

Demonstrações de resultados

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2014 e 2013

(Em milhares de Reais)

	Nota	2014	2013
Receitas operacionais			
Com restrições			
Projetos incentivados	14	<u>2.696</u>	<u>3.105</u>
Sem restrições			
Contribuições e doações	15	4.819	5.035
Venda de produtos	16	3.891	2.628
Aluguel		<u>148</u>	<u>183</u>
		8.858	7.846
		<u>11.554</u>	<u>10.951</u>
Custos e despesas operacionais			
Com restrições			
Assistência social	17a	<u>(2.696)</u>	<u>(3.105)</u>
		(2.696)	(3.105)
Sem restrições			
Assistência social	17b	(3.566)	(3.425)
Custo dos produtos vendidos	18	(2.724)	(1.844)
Despesas com vendas de produtos	19	(1.067)	(796)
Depreciação e amortização		(180)	(138)
Despesas com mobilização de recursos		(622)	(796)
Administrativas		<u>(762)</u>	<u>(926)</u>
		(8.921)	(7.925)
		<u>(11.617)</u>	<u>(11.030)</u>
(Déficit) antes do resultado financeiro, líquido		<u>(63)</u>	<u>(79)</u>
Resultado financeiro, líquido			
Receitas financeiras		238	246
Despesas financeiras		<u>(83)</u>	<u>(79)</u>
		155	167
Superávit do exercício		<u>92</u>	<u>88</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Ação Comunitária do Brasil - São Paulo

Demonstrações dos resultados abrangentes

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2014 e 2013

(Em milhares de Reais)

	2014	2013
Superávit do exercício	<u>92</u>	<u>88</u>
Resultado abrangente total	<u><u>92</u></u>	<u><u>88</u></u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Ação Comunitária do Brasil - São Paulo

Demonstrações das mutações do patrimônio líquido

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2014 e 2013

(Em milhares de Reais)

	Patrimônio social	Superávit acumulado	Total
Saldo em 1º de janeiro de 2013	7.370	114	7.484
Transferência para patrimônio social	114	(114)	-
Superávit do exercício	-	88	88
Saldo em 31 de dezembro de 2013	<u>7.484</u>	<u>88</u>	<u>7.572</u>
Transferência para patrimônio social	88	(88)	-
Superávit do exercício	-	92	92
Saldo em 31 de dezembro de 2014	<u>7.572</u>	<u>92</u>	<u>7.664</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Ação Comunitária do Brasil - São Paulo

Demonstrações dos fluxos de caixa

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2014 e 2013

(Em milhares de Reais)

	2014	2013
Fluxo de caixa das atividades operacionais		
Superávit do exercício	<u>92</u>	<u>88</u>
Ajustes para:		
Depreciação e amortização	176	138
Resultado na venda de ativo imobilizado	79	11
Provisão (reversão) para crédito de liquidação duvidosa	26	(20)
Provisão para contingência	<u>-</u>	<u>(10)</u>
	373	207
(Aumento) redução em ativos		
Recursos vinculados a projetos	(1.073)	205
Contas a receber	(166)	172
Estoques	219	99
Outros créditos	(1.090)	(343)
Impostos a recuperar	-	95
Despesas antecipadas	7	(34)
Depósitos judiciais	(28)	-
Outras contas a receber	-	(145)
Aumento (redução) em passivos		
Fornecedores	(122)	29
Salários, férias e encargos	101	59
Projetos em execução	1.073	(205)
Impostos a recolher	-	5
Outras contas a pagar	<u>147</u>	<u>(60)</u>
Caixa líquido (utilizado) nas proveniente das atividades operacionais	<u>(559)</u>	<u>84</u>
Fluxo de caixa das atividades de investimentos		
Aquisições de bens do ativo imobilizado e intangível	<u>(411)</u>	<u>(223)</u>
Caixa líquido (utilizado) nas atividade de investimentos	<u>(411)</u>	<u>(223)</u>
(Redução) de caixa e equivalentes de caixa	<u>(970)</u>	<u>(139)</u>
Demonstração da redução do caixa e equivalentes de caixa		
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício	2.853	2.992
Caixa e equivalentes de caixa no final do exercício	<u>1.883</u>	<u>2.853</u>
	<u>(970)</u>	<u>(139)</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

(Em milhares de Reais)

1 Contexto operacional

A Ação Comunitária do Brasil - São Paulo foi constituída em 1967. É uma pessoa jurídica de direito privado, entidade beneficente, sem fins econômicos, sem credo religioso e sem vinculação político-partidária, isenta de qualquer forma de discriminação em relação à raça, sexo, cor, idade, origem ou qualquer outra natureza.

Seu objetivo é a promoção da inclusão social por meio de programas educacionais, sociais, culturais, de esporte e lazer e preservação ambiental, para solução de questões típicas de comunidades em situação de vulnerabilidade social, prestando para tais fins, serviços gratuitos, permanentes, sem qualquer discriminação de clientela, conforme a legislação em vigor. Dedicase também, à realização de estudos, pesquisas e projetos, por si ou por meio de terceiros, objetivando a formação de tecnologia para o desenvolvimento social e cultural das comunidades que atua, bem como a prestação de serviços à órgãos públicos, à instituições voltadas ao desenvolvimento comunitário sustentável e à empresas privadas.

Para a consecução desse objetivo, utilizará os meios disponíveis para pesquisas e estudos, visando o desenvolvimento de planos e ações, bem como a mobilização de recursos privados e públicos, nacionais ou estrangeiros necessários ao bom desenvolvimento de suas atividades. É reconhecida como entidade de utilidade pública Federal, Estadual e Municipal.

2 Base de preparação

a. Declaração de conformidade

As demonstrações financeiras foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil (BRGAAP).

A emissão das demonstrações financeiras foi autorizada pelo Conselho fiscal da Entidade em 31 de março de 2015.

b. Base de mensuração

As demonstrações financeiras foram preparadas utilizando o custo histórico como base de valor, exceto pela valorização de certos ativos não correntes como instrumentos financeiros, os quais são mensurados pelo valor justo por meio do resultado.

c. Moeda funcional e moeda de apresentação

Essas demonstrações financeiras são apresentadas em Real, que é a moeda funcional da Entidade. Todas as informações financeiras apresentadas em Real foram arredondadas para o milhar mais próximo, exceto quando indicado de outra forma.

d. Uso de estimativas e julgamentos

A preparação das demonstrações financeiras de acordo com as normas brasileiras exige que a Administração faça julgamentos, estimativas e premissas que afetam a aplicação de políticas contábeis e os valores reportados de ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas.

Estimativas e premissas são revistas de uma maneira contínua. Revisões com relação a estimativas contábeis são reconhecidas no período em que as estimativas são revisadas e em quaisquer períodos futuros afetados. As informações sobre julgamentos críticos referentes às políticas contábeis adotadas que apresentam efeitos sobre os valores reconhecidos nas demonstrações financeiras está incluída nas seguintes notas explicativas:

- Nota explicativa nº 3.e.iii - Ativo imobilizado, valor residual.
- Nota explicativa nº 6 - Provisão estimada para créditos de liquidação duvidosa

3 Principais políticas contábeis

As políticas contábeis descritas em detalhes abaixo têm sido aplicadas de maneira consistente a todos os exercícios apresentados nessas demonstrações financeiras.

a. Instrumentos financeiros

(i) *Ativos financeiros não derivativos*

A Entidade reconhece os empréstimos e recebíveis inicialmente na data em que foram originados. Todos os outros ativos financeiros são reconhecidos inicialmente na data da negociação na qual a Entidade se torna uma das partes das disposições contratuais do instrumento.

A Entidade tem seus ativos e passivos financeiros não derivativos registrados pelo valor justo por meio do resultado.

Ativos financeiros registrados pelo valor justo por meio do resultado

Um ativo financeiro é classificado pelo valor justo por meio do resultado caso seja classificado como mantido para negociação ou seja designado como tal no momento do reconhecimento inicial. Os ativos financeiros são designados pelo valor justo por meio do resultado se a Entidade gerencia tais investimentos e toma decisões de compra e venda baseada em seus valores justos de acordo com a gestão de riscos documentada e a estratégia de investimentos da Entidade. Os custos da transação, após o reconhecimento inicial, são reconhecidos no resultado como incorridos. Ativos financeiros registrados pelo valor justo por meio do resultado são medidos pelo valor justo, e mudanças no valor justo desses ativos são reconhecidas no resultado do exercício.

Empréstimos e recebíveis

Empréstimos e recebíveis são ativos financeiros com pagamentos fixos ou calculáveis e que não são cotados no mercado ativo. Tais ativos são reconhecidos inicialmente pelo valor justo acrescido de quaisquer custos de transação atribuíveis. Após o reconhecimento inicial, os empréstimos e recebíveis são medidos pelo custo amortizado através do método dos juros efetivos, decrescidos de qualquer perda por redução ao valor recuperável. Os empréstimos e recebíveis abrangem contas a receber, outros créditos e depósito judicial.

Caixa e equivalentes de caixa

Caixa e equivalentes de caixa abrangem saldos de caixa e investimentos financeiros com vencimento original de três meses ou menos a partir da data da contratação. Os quais são sujeitos a um risco insignificante de alteração no valor, e são utilizadas na liquidação das obrigações de curto prazo. Limites de cheques especiais de bancos que tenham de ser pagos à vista e que façam parte integrante da gestão de caixa são incluídos como um componente das disponibilidades para fins da demonstração dos fluxos de caixa.

Os recursos financeiros que a Entidade possui, estão mantidos em caixa e equivalentes e em recursos apresentados na rubrica de caixa e equivalentes de caixa com restrição no ativo circulante.

(ii) Passivos financeiros não derivativos

A Entidade reconhece títulos de dívida emitidos e passivos subordinados inicialmente na data em que são originados. Todos os outros passivos financeiros são reconhecidos inicialmente na data de negociação na qual a Entidade se torna uma parte das disposições contratuais do instrumento. A Entidade baixa um passivo financeiro quando tem suas obrigações contratuais retirada, cancelada ou vencida. A Entidade tem os seguintes passivos financeiros não derivativos: fornecedores e outras contas a pagar.

Tais passivos financeiros são reconhecidos inicialmente pelo valor justo acrescido de quaisquer custos de transação atribuíveis. Após o reconhecimento inicial, esses passivos financeiros são medidos pelo custo amortizado através do método dos juros efetivos.

Instrumentos financeiros derivativos

Não houve operações com instrumentos financeiros derivativos durante os exercícios de 2014 e 2013, incluindo operações de *hedge*.

b. Estoques

Os estoques são mensurados pelo menor valor entre o custo e o valor realizável líquido. O custo dos estoques é baseado no princípio do custo médio ponderado e inclui gastos incorridos na aquisição de estoques e outros custos incorridos em trazê-los às suas localizações e condições existentes.

c. Demais ativos circulantes e não circulantes

Os demais ativos circulantes estão apresentados aos valores de custo, que não excedem o valor de realização.

d. Imobilizado

(i) Reconhecimento e mensuração

Itens do imobilizado são mensurados pelo custo histórico de aquisição, deduzido de depreciação acumulada e perdas de redução ao valor recuperável (*impairment*) acumuladas, quando necessária.

O custo inclui gastos que são diretamente atribuíveis à aquisição de um ativo.

Ganhos e perdas na alienação de um item do imobilizado são apurados pela comparação entre os recursos advindos da alienação com o valor contábil do imobilizado, e são reconhecidos líquidos dentro de outras receitas no resultado.

(ii) Custos subsequentes

O custo de reposição de um componente do imobilizado é reconhecido no valor contábil do item caso seja provável que os benefícios econômicos incorporados dentro do componente irão fluir para a Entidade e que o seu custo pode ser medido de forma confiável. O valor contábil do componente que tenha sido repostado por outro é baixado. Os custos de manutenção no dia-a-dia do imobilizado são reconhecidos no resultado conforme incorridos.

(iii) Depreciação

A depreciação é calculada sobre o valor depreciável, que é o custo de um ativo, ou outro valor substituto do custo, deduzido do valor residual.

A depreciação é reconhecida no resultado baseando-se no método linear com relação às vidas úteis estimadas de cada parte de um item do imobilizado, já que esse método é o que mais perto reflete o padrão de consumo de benefícios econômicos futuros incorporados no ativo. Terrenos não são depreciados.

As vidas úteis estimadas para os períodos correntes e comparativos estão demonstradas abaixo:

• Computadores e periféricos	5 anos
• Veículos	5 anos
• Instalações	10 anos
• Móveis e utensílios	10 anos
• Edifícios	37-59 anos

Os métodos de depreciação, as vidas úteis e os valores residuais serão revistos a cada encerramento de exercício financeiro e eventuais ajustes são reconhecidos como mudança de estimativas contábeis.

e. Intangíveis

(i) Reconhecimento, mensuração e amortização

O ativo intangível de vida útil definida é composto basicamente por programas de computador (software), que são amortizados usando-se método linear à taxa de 20% a.a.

f. Redução ao valor recuperável (impairment)

(i) Ativos financeiros (incluindo recebíveis)

Um ativo financeiro não mensurado pelo valor justo por meio do resultado é avaliado a cada data de apresentação para apurar se há evidência objetiva de que tenha ocorrido perda no seu valor recuperável. Um ativo tem perda no seu valor recuperável se uma evidência objetiva indica que um evento de perda ocorreu após o reconhecimento inicial do ativo, e que aquele evento de perda teve um efeito negativo nos fluxos de caixa futuros projetados que podem ser estimados de uma maneira confiável.

A Administração da Entidade não identificou qualquer evidência que justificasse a necessidade de provisão.

Os ativos do imobilizado e intangível têm o seu valor recuperável testado, no mínimo anualmente, caso haja indicadores de perda de valor.

g. Adiantamento para projetos sociais

Os adiantamentos são registrados pelos valores recebidos oriundos de projetos incentivados ou doações. A medida que ocorrem os gastos nos respectivos projetos são reconhecidos a despesa e receita desses projetos.

h. Passivo circulante e não circulante

Os passivos circulantes e não circulantes são demonstrados pelos valores conhecidos ou calculáveis acrescidos, quando aplicável dos correspondentes encargos, variações monetárias incorridas até a data do balanço patrimonial.

i. Provisões, passivos contingentes e ativos contingentes

Uma provisão é reconhecida quando, como resultado de um evento passado, a Entidade tenha uma obrigação presente e legal que pode ser estimada de modo confiável, com provável saída de benefícios econômicos para sua quitação.

Passivos contingentes são divulgados se existir uma possível obrigação futura resultante de eventos passados ou se existir uma obrigação presente resultante de um evento passado.

As provisões são constituídas sempre que a perda for avaliada como provável e considerando a avaliação da administração, em conjunto com a opinião dos assessores jurídicos, a natureza das ações, a similaridade com processos anteriores, a complexidade e o posicionamento de tribunais.

j. Benefícios a empregados - curto prazo a empregados

Obrigações de benefícios de curto prazo a empregados são mensuradas em uma base não descontada e são incorridas como despesas conforme o serviço relacionado seja prestado.

O passivo é reconhecido pelo valor esperado a ser pago sob os planos de bonificação em dinheiro se a Entidade tem uma obrigação legal ou construtiva de pagar esse valor em função de serviço passado prestado pelo empregado, e a obrigação possa ser estimada de maneira confiável.

k. Patrimônio líquido

Representa o patrimônio inicial da Entidade, acrescido ou reduzido dos superávits/déficits apurados anualmente desde a data de sua constituição e são empregados integralmente nos objetivos sociais da Entidade.

l. Reconhecimento de receita

A Entidade reconhece a receita quando: (i) o valor da receita pode ser mensurado com segurança; (ii) é provável que benefícios econômicos futuros fluam para a Entidade; e (iii) critérios específicos tenham sido atendidos para cada uma das atividades da Entidade.

A receita compreende o valor justo da contraprestação recebida ou a receber pela prestação de serviços no curso normal das atividades da Entidade. A receita é apresentada líquida de eventuais impostos, cancelamentos, abatimentos e descontos.

As receitas de doações são registradas quando do recebimento em função da impossibilidade de prever os valores e os períodos de recebimentos e, conseqüentemente, registrar por competência a entrada de tais recursos.

m. Apuração do superávit

O reconhecimento das receitas e despesas é efetuado em conformidade com o regime contábil de competência de exercício.

n. Receitas e despesas financeiras

As receitas financeiras abrangem basicamente as receitas de juros sobre aplicações financeiras. A receita de juros é reconhecida no resultado através do método dos juros efetivos.

As despesas financeiras abrangem basicamente as despesas bancárias.

o. Gratuidade

A Entidade é filantrópica de direito privado, com fins não econômicos, benéfica de assistência social e reconhecida de utilidade pública, parte substancial de suas despesas é considerada como gratuidade concedida, conforme mencionado na nota explicativa nº 20.

p. Trabalho voluntário

As receitas com trabalhos voluntários são mensuradas ao seu valor justo levando-se em consideração os montantes que a Entidade haveria de pagar caso contratasse estes serviços em mercado similar. As receitas com trabalhos voluntários são reconhecidas no resultado do exercício em contrapartida a outras despesas também no resultado do exercício. Em 31 de dezembro de 2014 a Entidade registrou o montante de R\$ 338 (R\$ 289 em 2013).

q. Gerenciamento de risco financeiro

A Entidade apresenta exposição aos seguintes riscos advindos do uso de instrumentos financeiros:

- Risco de crédito
- Risco de liquidez
- Risco de mercado
- Risco de taxa de juros

A Entidade apresenta informações sobre a exposição de cada um dos riscos supramencionados, os objetivos da Entidade, políticas e processos para manutenção e gerenciamento de risco na nota explicativa nº 23.

Estrutura do gerenciamento de risco

As políticas de gerenciamento de risco da Entidade são estabelecidas para identificar e analisar os riscos enfrentados, para definir limites. As políticas e sistemas de gerenciamento de riscos são revisados frequentemente para refletir mudanças nas condições de mercado e nas atividades da Entidade.

4 Caixa e equivalentes de caixa sem restrição

	2014	2013
Caixa	8	11
Bancos conta movimento	7	368
Aplicações financeiras (i)	1.868	2.474
	1.883	2.853

- (i) As aplicações financeiras são de curto prazo, de alta liquidez, são prontamente conversíveis em um montante conhecido de caixa e os valores estão sujeitos às mudanças nas taxas de juros para os rendimentos pós-fixados.

A Entidade mantém a parcela disponível do superávit dos exercícios aplicados financeiramente enquanto não reinvestido em atividades ligadas ao seu objeto social. As aplicações financeiras da Entidade não estão sujeitas à incidência de impostos, em razão desta gozar de imunidade de tributos federais.

As aplicações financeiras são compostas por fundos de investimento e por Certificados de Depósitos Bancários com rendimentos prefixados e pós-fixados, remunerados à taxa média de 0,71% a.m (0,65% em 2013) , para as taxas prefixadas, e em torno de 0,97% (0,91% em 2013) do CDI, para as pós-fixadas.

Os recursos estão aplicados em instituições financeiras de primeira linha como forma de diminuir os riscos.

5 Caixa e equivalentes de caixa com restrição

	2014	2013
Bancos conta movimento	1.818	1.339
Aplicações financeiras	459	318
Projetos a receber	629	176
	2.906	1.833

- (a) Caixa e equivalentes de caixa com restrição representam os saldos de recursos recebidos que serão utilizados exclusivamente em contrato de gestão de projetos de lei incentivados. A Entidade mantém os recursos recebidos, aplicados financeiramente enquanto não investidos nas atividades ligadas ao projeto. Todo o rendimento é revertido para aplicação no projeto.

Os valores recebidos e ainda não empenhados ficam registrados na rubrica de caixa e equivalentes de caixa com restrição no montante de R\$ 2.906 em 2014 (R\$ 1.833 em 2013) e em obrigações projetos em execução, no passivo circulante, no montante de R\$ 2.906 em 2014 (R\$ 1.833 em 2013).

As aplicações financeiras possuem a mesma natureza, característica e rendimentos das descritas na nota explicativa nº 4.

6 Contas a receber

	2014	2013
Venda de produtos no país	1.354	1.188
Provisão para créditos duvidosos	<u>(72)</u>	<u>(46)</u>
Total	<u>1.282</u>	<u>1.142</u>

Metodologia de provisionamento para Provisão Estimada para Créditos de Liquidação Duvidosa (PECLD)

A provisão para perdas com Provisão Estimada para Créditos de Liquidação Duvidosa (PECLD) foi constituída em montante considerado suficiente pela Administração para fazer face às eventuais perdas na realização dos títulos a receber, levando-se em consideração análise quantitativa e qualitativa individual dos recebíveis e, quando necessário, constitui-se provisão em montantes suficientes para cobertura de eventuais perdas por não recebimentos.

Não ocorreram movimentações significativas na provisão para créditos de liquidação duvidosa nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2014 e 2013.

Movimentação da provisão para créditos duvidosos

	2013	2014	
	Saldo inicial	Provisão	Saldo final
Provisão para créditos duvidosos	<u>(46)</u>	<u>(26)</u>	<u>(72)</u>

7 Outros créditos

	2014	2013
Nota fiscal paulista a receber (i)	1.721	1.166
Adiantamentos efetuados a projetos (ii)	962	385
Projetos especiais a receber (iii)	120	184
Outras	<u>191</u>	<u>169</u>
	<u>2.994</u>	<u>1.904</u>

- (i) De acordo com os termos da Lei nº 12.685/2007 Programa de Estímulo à Cidadania Fiscal do Estado de São Paulo, as entidades de assistência social e da área da saúde podem se beneficiar no Programa da Nota Fiscal Paulista, recebendo notas e cupons fiscais sem a identificação do consumidor e cadastrá-las no sistema da Nota Fiscal Paulista; receber a doação de documentos fiscais por meio do sistema da Nota Fiscal Paulista, cadastrados por consumidores a favor da entidade; e participar dos sorteios realizados mensalmente pelo programa.

Durante o exercício foram cadastrados notas e cupons fiscais a favor da Entidade, que geraram créditos no programa Nota Fiscal Paulista no montante de R\$ 1.721, previsto para liberação do valor integralmente em abril de 2015.

- (ii) Refere-se a adiantamentos efetuados pela Ação Comunitária com recursos próprios para financiamento dos projetos, devido a atraso no repasse das verbas da prefeitura do município de São Paulo. Os valores estão previsto para recebimento em janeiro e fevereiro de 2015.
- (iii) Valores referentes à ação judicial de Imposto de Renda Retido na Fonte (IRRF) sobre aplicações financeiras e Imposto sobre Operações Financeiras (IOF) retidos, em ação judicial transita e julgada a favor da Entidade, está previsto o recebimento para em março de 2015.

8 Impostos a recuperar

Por recomendação de seus assessores legais, em julho de 1992 a Entidade impetrou mandado de segurança perante a 9ª Vara da Fazenda Pública da Comarca da Capital contra o Delegado Regional Tributário da Grande São Paulo, objetivando o reconhecimento judicial da inexigibilidade de qualquer recolhimento a título de ICMS sobre a venda de agendas e cartões de Natal, argumentando ser reconhecida como entidade imune de utilidade pública federal, estadual e municipal.

Nesse processo, vitorioso em instância final, a decisão judicial proferida em 9 de novembro de 1998 determinou à Fazenda do Estado a restituição do imposto que fora indevidamente recolhido nos exercícios de 1990 e 1991, no total de R\$ 570, montante que foi objeto de precatório. O montante de R\$ 160 apresentado no saldo de impostos a recuperar em dezembro de 2014 contempla a 10ª parcela que aguarda liberação de pagamento.

9 Imobilizado

Movimentação custo e depreciação - 2014

	2014			
	2013	Adições	Baixas	2014
Terrenos	136	-	(1)	135
Edifícios	2.367	-	-	2.367
Móveis e utensílios	161	27	-	188
Maquinas e equipamentos	193	36	-	229
Veículos	183	166	(143)	206
Computadores	386	9	(14)	381
Instalações	256	165	(10)	411
Reformas em andamento	55	7	(62)	-
	<u>3.737</u>	<u>410</u>	<u>(230)</u>	<u>3.917</u>
	2014			
	2013	Adições	Baixas	2014
Edifícios	(1.346)	(23)	-	(1.369)
Móveis e utensílios	(94)	(12)	-	(106)
Maquinas e equipamentos	(79)	(16)	-	(95)
Veículos	(150)	(26)	137	(39)
Computadores	(215)	(55)	14	(257)
Instalações	(161)	(23)	-	(184)
	<u>(2.045)</u>	<u>(156)</u>	<u>151</u>	<u>(2.050)</u>
Valor contábil	<u>1.692</u>	<u>254</u>	<u>(79)</u>	<u>1.867</u>

Movimentação custo e depreciação - 2013

	2013			
	2012	Adições	Baixas	2013
Terrenos	136	-	-	136
Edifícios	2.367	-	-	2.367
Móveis e utensílios	161	-	-	161
Maquinas e equipamentos	152	43	(2)	193
Veículos	183	-	-	183
Computadores	283	109	(6)	386
Instalações	286	25	-	311
	<u>3.568</u>	<u>177</u>	<u>(8)</u>	<u>3.737</u>

	2013			
	2012	Adições	Baixas	2013
Edifícios	(1.321)	(25)	-	(1.346)
Móveis e utensílios	(80)	(14)	-	(94)
Maquinas e equipamentos	(65)	(15)	1	(79)
Veículos	(136)	(14)	-	(150)
Computadores	(182)	(38)	5	(215)
Instalações	(142)	(18)	-	(160)
	<u>(1.926)</u>	<u>(124)</u>	<u>6</u>	<u>(2.044)</u>
Valor contábil	<u>1.642</u>	<u>53</u>	<u>(2)</u>	<u>1.693</u>

As vidas úteis utilizadas pela Entidade estão demonstradas na nota explicativa nº 3.e.iii.

10 Provisão para contingências

A Entidade, no curso normal de suas atividades, está sujeita a processos judiciais de natureza tributária, trabalhista e cível. A Administração, apoiada na opinião de seus assessores legais e, quando aplicável, fundamentada em pareceres específicos emitidos por especialistas na mesma data, avalia a expectativa do desfecho dos processos em andamento e determina a necessidade ou não da constituição de provisão para contingências.

Em 31 de dezembro de 2014 e 2013, a Entidade não possuía processos judiciais em aberto de natureza cível, trabalhista e tributária com risco de perda provável e/ou possível.

11 Partes relacionadas

A Entidade não possui partes relacionadas.

12 Remuneração da administração

O Estatuto Social da Entidade possui previsão de não remuneração dos membros dos organismos da Entidade, exceção feita à remuneração do Superintendente. A Entidade não distribui parcelas de patrimônio ou renda a qualquer título, e aplica integralmente no País os recursos destinados à manutenção de suas atividades.

13 Patrimônio líquido

Os superávits da Entidade são empregados integralmente nos seus objetivos sociais comentados na nota explicativa nº1. O patrimônio social acumula valores recebidos de ajustes contábeis e parcelas de superávits/déficits de exercícios anteriores. O superávit do exercício será transferido para a conta patrimônio social após aprovação da Assembléia Geral dos Associados, em conformidade com as exigências legais, estatutárias e de acordo com a Resolução 1.409/12.

Na eventual possibilidade de encerramento das atividades da Entidade, nos termos e condições previstos em seu Estatuto Social, artigo nº 43, seu patrimônio social será revertido em benefício de entidade de Assistência Social congênere registrada no Ministério do Desenvolvimento Social (MDS) e, que, preferencialmente, tenha sede e atividade preponderante no Estado de São Paulo.

14 Receitas operacionais - Projetos incentivados - com restrições

A seguir apresentamos os projetos em andamento no exercício.

	2014	2013
Projeto Pronac 110028	-	75
Projeto Pronac 121447	10	13
Projeto Pronac 131585	1.327	1.260
Geração	-	61
Cultura & Lazer	-	40
Academia de Jovens Líderes	521	603
Família Participação Cidadã	529	625
Conexão Jovem	209	247
Famílias que Educam	100	181
	<hr/>	<hr/>
	2.696	3.105

- (i) A Lei Federal de Incentivo à Cultura (Lei nº 8.313 de 23 de dezembro de 1991), conhecida também por Lei Rouanet, é a lei que institui políticas públicas para a cultura nacional, como o PRONAC - Programa Nacional de Apoio à Cultura. As diretrizes para a cultura nacional foram estabelecidas nos primeiros artigos, e sua base é a promoção, proteção e valorização das expressões culturais nacionais.

O grande destaque da Lei Rouanet é a política de incentivos fiscais que possibilita as empresas (pessoas jurídicas) e cidadãos (pessoa física) aplicarem uma parte do Imposto de Renda devido em ações culturais.

O projeto que recebe esses recursos atualmente é o Som Ritmo e Movimento, mencionado na nota explicativa nº 19.

- (ii) O FUMCAD (Fundo Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente) foi criado pelo Estatuto da Criança e do Adolescente - ECA (Lei Federal 8.069/90), e através da conscientização da utilização da renúncia fiscal do Imposto de Renda, busca beneficiar entidades com projetos que apoiem o desenvolvimento de crianças e adolescentes (através de doações via lei número 8.069/90 do FUMCAD). Os recursos são administrados pelos Conselhos Municipais dos Direitos da Criança e do Adolescente, compostos por representantes do governo e da sociedade.

Os projetos que recebem esses recursos estão mencionados na nota explicativa nº 19 (Projetos complementares).

15 Receitas operacionais - sem restrições - Contribuições e doações

	2014	2013
Programa nota fiscal paulista	2.248	2.340
Empresa cidadã-manutenção	1.590	1.610
Doações e editais privados	355	397
Contribuições regulares	349	405
Desenvolvimento de lideranças	4	80
Eventos e parcerias	273	203
	4.819	5.035

16 Receitas operacionais - sem restrições - Venda de produtos

	2014	2013
Receita bruta venda de produtos	3.920	2.681
Devoluções de vendas	(29)	(53)
	3.891	2.628

17 Custos e despesas operacionais

A Entidade tem no centro de sua missão a inclusão e proteção social por meio de programas socioassistenciais, educacionais, culturais, de esporte e lazer, de preservação ambiental, de capacitação profissional e de desenvolvimento comunitário, para a defesa e garantia de direitos, procurando solucionar questões típicas de comunidades em situação de vulnerabilidade social.

O trabalho viabiliza-se no estabelecimento de parcerias estratégicas com organizações sociais em estreita vinculação com famílias e comunidade. As ações sociais são desenvolvidas pelo Centro de Desenvolvimento Integral, Centro de Desenvolvimento Comunitário e Centro de Orientação para o Trabalho:

17.a Com restrição - Programas sociais

- **Projeto academia de jovens líderes** - Formar novos líderes capazes de propor ações de mudança em suas vidas, nas comunidades que vivem e na sociedade em geral é que gostaríamos de trabalhar com o público das crianças e adolescentes brasileiras, em especial as da cidade de São Paulo, residentes de regiões de vulnerabilidade social, mas com imenso potencial para transformar esse quadro. Projeto Finalizado em julho 2014.
- **Projeto Conexão Jovens** - Complementar os serviços públicos da rede de proteção social básica e escolas públicas, assim como as ações socioeducativas promovidas por organizações não governamentais, por meio da articulação de oportunidades de desenvolvimento integral de crianças e adolescentes, nas subprefeituras de Campo Limpo, M'boi Mirim, Cidade Ademar e Capela do Socorro. Finalizará em novembro de 2015.

- **Projeto Famílias que Educam** - Fortalecer as famílias para que desempenhem seu papel na garantia de direitos ao desenvolvimento integral de crianças, adolescentes e jovens de 16 Organizações Sociais parceiras e de 02 Escolas Públicas com ações de ampliação de repertório informacional, cultural e de vivências de participação cidadã. Finalizará em outubro de 2015.
- **Projeto Família Participação Cidadã** - Proporcionar vivências e formações a familiares e profissionais que atuam com este público, de forma a integrá-los e qualificar a relação de 4000 crianças, adolescentes e suas famílias de 26 organizações sociais da região sul de São Paulo, em contexto de vulnerabilidade social. Projeto finalizado em julho 2014.
- **Projeto Som Ritmo & Movimento** - em parceria com Organizações Sociais, enriquece as atividades desenvolvidas nas Organizações Parceiras nos programas socioassistenciais, ampliando o universo sociocultural de crianças, adolescentes e jovens. Promove atividades sistemáticas nas modalidades de dança, teatro, musicalização, capoeira, artes visuais e plásticas e práticas desportivas. É inteiramente financiado com recursos incentivados pela Lei Rouanet (Ministério da Cultura) e consta, em sua 9ª edição.

Composição das despesas de assistência social c/ restrição 2014 e 2013

	2014	2013
Projetos Incentivados:		
Projeto Som, Ritmo e Movimento	1.336	1.347
Projeto Academia Jovens Líderes	521	603
Projeto Família Participação Cidadã	529	626
Projeto Conexão Jovem	210	247
Projeto Famílias que Educam	100	181
Projeto Geração	-	61
Projeto Cultura e Lazer	-	40
	<hr/>	<hr/>
	2.696	3.105

Os registros nessas rubricas correspondem às despesas de atendimentos gratuitos com os nossos projetos e têm por objetivo demonstrar os recursos destinados diretamente às ações beneficentes e dão base para evidenciar os atendimentos concedidos.

17.b Sem restrição - Programas sociais

Centro de desenvolvimento integral

- **Programa Crê-Ser** - Complementaridade de propósitos e ações entre família, escola e comunidade. Seu objetivo é comprometer-se com a educação integral de crianças e adolescentes de 6 a 15 anos, contribuindo para o exercício da cidadania, tornando-os protagonistas de sua história e da vida em comunidade. Os campos do conhecimento desenvolvidos por este programa são: artes, participação na vida pública, cultura, comunicação e raciocínio lógico.

- **Programa Preparação para o Trabalho** - Desenvolvimento do jovem como pessoa, profissional e cidadão. Propõe ações educativas que possibilitam o desenvolvimento de competências, habilidades e atitudes, para que os jovens reconheçam suas potencialidades e construam seu projeto de vida e atuem de forma ativa na sociedade. Estruturado em três eixos pedagógicos (Autogestão, Trabalho e Cultural), o Programa dispõe de projetos e estratégias para trabalhar os conteúdos necessários à inserção do jovem no mundo do trabalho.
- **Programa Educação Infantil** - Contribuir para o desenvolvimento integral de crianças de 0 a 5 anos, considerando seus aspectos físicos, afetivos, cognitivos e sua individualidade, de forma articulada com a família e com a comunidade, através de situações de cuidados, brincadeiras e aprendizagens orientadas, enriquecendo o universo informacional, social, cultural e lúdico das crianças.

Centro de desenvolvimento comunitário

- Desde de sua fundação, a Ação Comunitária compreende a importância no desenvolvimento local de forma ampla e integrada, incentivando a aproximação entre organizações sociais, famílias e outros atores das regiões atendidas, elegendo a cooperação como valor essencial para o desenvolvimento de uma comunidade preocupada com a proteção das crianças, adolescentes e jovens.

Centro de orientação para o trabalho

- A Ação Comunitária oferece dois cursos profissionalizantes totalmente gratuitos: Curso para Garçon e Garçonete e o Curso de Vendas.

Paralelamente ocorre **Projeto inserção de jovens ao mercado de trabalho** - que tem como objetivo conseguir, através de parcerias com empresas, o maior número possível de vagas para inserir no mercado de trabalho, os jovens formados no Programa Preparação para o Trabalho, Curso para garçon e garçonete e curso de vendas. Estes jovens podem ser contratados pelas empresas como: Estagiário, Menor aprendiz, Temporário ou efetivo.

Composição das despesas com assistência social s/ restrição 2014 e 2013

	2014	2013
Despesas por programas sociais:		
Programa Crê-Ser	1.041	885
Programa Preparação Para o Trabalho	859	706
Programa Primeiras Letras	276	478
Centro de Desenvolvimento Comunitário	682	611
Centro de Orientação para o Trabalho	708	745
	<hr/>	<hr/>
	3.566	3.425
	<hr/>	<hr/>

Os registros nessas rubricas correspondem às despesas de atendimentos gratuitos com os nossos projetos e outras atividades assistenciais, e têm por objetivo demonstrar os recursos destinados diretamente às ações beneficentes e dão base para evidenciar os atendimentos concedidos.

18 Custos e despesas operacionais - Sem restrição - Custos dos produtos vendidos

	2014	2013
Custo de aquisição de produtos para revenda	2.507	1.328
Personalização de produto	196	240
Matéria- Prima	13	34
Despesas com Pessoal	-	229
Custo para gravação de imagem	8	13
	<u>2.724</u>	<u>1.844</u>

19 Custos e despesas operacionais - Sem restrição - Despesas com vendas de produtos

As despesas com vendas de cartões de Natal e brindes contemplam as despesas com tele vendas, catálogos, distribuição entre outras e não constituem custo direto com a atividade fim da organização.

	2014	2013
Despesas com pessoal	568	403
Despesas com catálogo e distribuição	386	305
Despesas com comunicação e telefonia	31	49
Representantes	15	13
Outras despesas	67	26
	<u>1.067</u>	<u>796</u>

20 Concessão de gratuidade

Os valores relativos ao atendimento gratuito são apurados pelos gastos efetivos, com base em notas fiscais, folhas de pagamento e contratos de produtos e serviços.

A administração da Entidade entende que os recursos alocados as atividades estão adequados e atendem as exigências da Lei 12.101/09. A análise e aprovação do cumprimento dos requisitos legais, estão vinculadas às futuras prestações de contas junto ao Conselho Municipal de Assistência Social.

A gratuidade é concedida observando-se as determinações da lei 12.101/09 e obedecendo aos limites mínimos, conforme art. 4º Inciso II da Seção I da Saúde e pelo art.13º §1º Inciso III “a” e “b” da Seção II da Educação, e também pelo art.18º §1º e §2º da Seção III da Assistência Social. Conforme demonstrativo a seguir:

Números de atendimentos em 2014 e 2013

	2014	2013
Programa Crê-Ser	2.807	3.096
Programa Preparação Para o Trabalho	703	660
Programa Primeiras Letras	558	813
Centro de Orientação para o Trabalho	137	105
Projetos Complementares		
Geração	-	2.226
Cultura e Lazer	-	4.560
Academia de Jovens Líderes	4.012	4.012
Família Participação Cidadã	7.005	7.005
Conexão Jovem	2.359	-
Família que Educam	2.726	-
Som, Ritmo e Movimento	4.090	4.569

21 Certificado de Entidade Beneficente de Assistência Social

A Ação Comunitária do Brasil - São Paulo é uma Entidade de assistência social, sem fins lucrativos, declarada de utilidade pública em âmbito federal, estadual e municipal, bem como é detentora, nas mesmas esferas, do Certificado de Entidade Beneficente e de Assistência Social. De acordo com o disposto no § 2º do Art. 24, da Lei 12.101/2009, a certificação da entidade permanecerá válida até a data da decisão sobre o requerimento de renovação, o pedido de renovação foi protocolado tempestivamente com o número 71000.098395/2014-24 em 10 de setembro de 2014.

22 Tributos e contribuições (renúncia fiscal)

Imposto de renda e contribuição social

Em virtude de ser uma entidade sem fins lucrativos, esta goza do benefício de isenção do pagamento dos tributos federais incidentes sobre o resultado, de acordo com o Decreto nº 76.186 de 02/09/75, artigos 167 a 174 do Regulamento do Imposto de Renda (RIR), aprovado pelo Decreto nº 3.000 de 26/03/99 e artigo 195 da Constituição Federal.

PIS

A Entidade requer judicialmente a antecipação dos efeitos da tutela em Ação Ordinária ajuizada contra a UNIÃO FEDERAL objetivando a suspensão da exigibilidade da contribuição ao PIS até julgamento final da demanda sob o nº 0004873-66.2014.403.6100, em 2014 efetuou os depósitos judicialmente no montante de R\$ 28.

COFINS e ISS

Por ser uma entidade filantrópica, é isenta do pagamento da COFINS e ISS incidente sobre as receitas relativas às suas atividades próprias, de acordo com as Leis nº 9.718/98 e nº 10.833/03.

Em atendimento a ITG 2002 - entidade sem finalidade de lucros, aprovada pela resolução-CFC n.º 1.409/12, a Entidade apresenta a seguir o montante de renúncia fiscal apurada no exercício de 2014 e 2013 caso as obrigações fossem devidas.

Para isso, em nosso julgamento, consideramos os seguintes impostos e contribuições e respectivas alíquotas: ISS (5% sobre o montante das Receitas operacionais) R\$ 195 em 2014 e R\$ 131 em 2013; PIS/COFINS (3,65% incidentes sobre a Receita Bruta, diminuídos do PIS folha de pagamento apropriado) R\$ 110 em 2014 e R\$ 74 em 2013; IRPJ e CSLL (34% incidentes sobre o resultado do exercício) R\$ 31 em 2014 e R\$ 30 em 2013.

Ressaltamos que trata-se de cálculos estimados de renúncia fiscal abrangendo os principais impostos e contribuições em função da Entidade não ter a obrigação de possuir escrituração fiscal, tal como, escrituração do LALUR, em função de sua natureza de entidade sem fins lucrativos.

Isenção previdenciária usufruída

Para atender aos requisitos da legislação pertinente, a Entidade registra em contas de resultado os valores relativos às isenções previdenciárias gozadas.

A Entidade, a título de demonstrações, vem evidenciando suas contribuições sociais usufruídas com base na Lei nº 8.212 de 1991, em sua redação primitiva. Esses valores anuais equivalem à isenção usufruída - INSS.

	2014	2013
Cota patronal INSS	1.082	930
(-) Cota patronal INSS - Isenção	<u>(1.082)</u>	<u>(930)</u>
	<u>-</u>	<u>-</u>

As declarações de isenção do imposto de renda, as quais a Entidade está obrigada a apresentar anualmente, estão sujeitas à revisão e aceitação final pelas autoridades fiscais, por período prescricional de cinco anos. Outros encargos tributários e previdenciário-trabalhistas, bem como prestação de contas da Administração referente a períodos prescricionais variáveis de tempo, também estão sujeitos a exame e aprovação final por autoridades fiscais e normativas ou órgãos fiscalizadores.

23 Instrumentos financeiros

A Entidade mantém operações com instrumentos financeiros não derivativos onde, os resultados obtidos, são consistentes com as expectativas da Administração e as transações com instrumentos financeiros são reconhecidas no resultado. A Entidade não possui políticas ou estratégias específicas para gerenciamento dos instrumentos financeiros visto que a Administração entende que não existe risco significativo de perdas associados a esses instrumentos. A Entidade não efetua aplicações de caráter especulativo em derivativos ou quaisquer outros ativos de risco.

a. Classificação dos instrumentos financeiros

Exceto pelas aplicações financeiras, que são classificadas como valor justo pelo resultado, os demais instrumentos financeiros existentes em 31 de dezembro de 2014 e 2013, sendo eles, contas a receber, outros créditos, outras contas a receber e fornecedores estão classificados como empréstimos e recebíveis.

b. Valor justo

Não existe diferenças entre os valores de mercado e os valores registrados na contabilidade para os ativos e passivos financeiros.

Instrumentos financeiros derivativos

A Entidade não detém instrumentos financeiros derivativos para proteger riscos relativos à variação cambial.

Instrumentos financeiros “Não derivativos”

Todos os ativos financeiros “não derivativos” (incluindo os ativos designados pelo valor justo por meio do resultado) são reconhecidos inicialmente na data da negociação na qual a Entidade se torna uma das partes das disposições contratuais do instrumento.

O CPC 38 - Instrumentos Financeiros: Reconhecimento e Mensuração estabelece uma hierarquia de três níveis para o valor justo, a qual prioriza as informações quando da mensuração do valor justo pela Entidade, para maximizar o uso de informações observáveis e minimizar o uso de informações não observáveis. O CPC 38 descreve os três níveis de informações que devem ser utilizadas mensuração ao valor justo:

- **Nível 1** - Preços negociados (sem ajustes) em mercados ativos para ativos idênticos ou passivos;
- **Nível 2** - Outras informações disponíveis, exceto aquelas do Nível 1, onde os preços cotados (não ajustados) são para ativos e passivos similares, em mercados não ativos, ou outras informações que estão disponíveis e que podem ser utilizadas de forma indireta (derivados dos preços).
- **Nível 3** - Informações indisponíveis em função de pequena ou nenhuma atividade de mercado e que são significantes para definição do valor justo dos ativos e passivos.

O processo de mensuração do valor justo dos instrumentos financeiros da Entidade estão classificados como Nível 2.

c. Risco de crédito

As políticas de crédito fixadas pela Administração visam minimizar eventuais problemas decorrentes da inadimplência de seus clientes.

Também, a Administração visando minimizar os riscos de créditos atrelados as instituições financeiras, procura diversificar suas operações em instituições de primeira linha.

O valor contábil dos ativos financeiros representa a exposição máxima do crédito. A exposição máxima do risco do crédito na data das demonstrações financeiras foi:

	Nota	2014	2013
Caixas e equivalentes de caixa sem restrição	4	1.883	2.853
Caixas e equivalentes de caixa com restrição	5	2.906	1.833
Contas a receber	6	1.282	1.142
Outros créditos	7	2.994	1.904
		<u>9.065</u>	<u>7.732</u>

d. Risco de liquidez

O risco de liquidez representa a possibilidade de descasamento entre os vencimentos de ativos e passivos, o que pode resultar em incapacidade de cumprir com as obrigações nos prazos estabelecidos.

A política geral da Entidade é manter níveis de liquidez adequados para garantir que possa cumprir com as obrigações presentes e futuras e aproveitar oportunidades comerciais à medida que surgirem.

Adicionalmente, são analisados periodicamente mecanismos e ferramentas que permitam captar recursos de forma a reverter posições que poderiam prejudicar nossa liquidez.

e. Risco de mercado

As políticas de gestão de riscos da Entidade incluem, entre outras, o desenvolvimento de estudos e análises econômico-financeiras que avaliam o impacto de diferentes cenários nas posições de mercado, e relatórios que monitoram os riscos a que estamos sujeitos.

A Entidade mantém constante mapeamento de riscos, ameaças e oportunidades, com base na projeção dos cenários e seus impactos nos resultados da Entidade.

f. Risco de taxas de juros

Decorre da possibilidade de a Entidade sofrer ganhos ou perdas decorrentes de oscilações de taxas de juros incidentes sobre seus ativos e passivos financeiros. Visando à mitigação desse tipo de risco, a Entidade busca diversificar a captação de recursos em termos de taxas pós-fixadas.

24 Avais, fianças e garantias

Em 31 de dezembro de 2014 e 2013, a Entidade não apresentava quaisquer avais, fianças e garantias.

* * *



Celso Luiz Teani de Freitas
Superintendente



Celia Regina Arruda
Contadora
CRC 1SP173663-09